



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2022-0132

BI-2022-0129

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 28/10/2022

Hora: 9h30

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

Inspeção a estabelecimentos PCIP.

A inspeção foi realizada com aviso prévio, tendo sido contactado no local o Diretor da Qualidade e Ambiente Nicolau de Sousa Lima e o Responsável de Produção Nuno Miguel Rodrigues Cabral de Oliveira, que forneceram os esclarecimentos e documentação solicitados.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Pondel - Avícola de Ponta Delgada, Lda.

NIPC/NIF: 512006083

Sede/morada: Estrada Regional aos Beirais, s/n

Código Postal: 9545-526

Freguesia: São Vicente Ferreira

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Pondel - Exploração Avícola

Endereço: Portões Vermelhos, s/n

Código Postal: 9560-450

Freguesia: Cabouco

Concelho: Lagoa (São Miguel)

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade principal: 01470 - Avicultura

Enquadramento PCIP: 6.6a) Instalações para a criação intensiva de aves de capoeira com espaço para pelo menos 40 000 aves

Período de funcionamento: 8h00 – 16h30

Licenciamento da atividade: Licença Ambiental n.º 4/2014/DRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

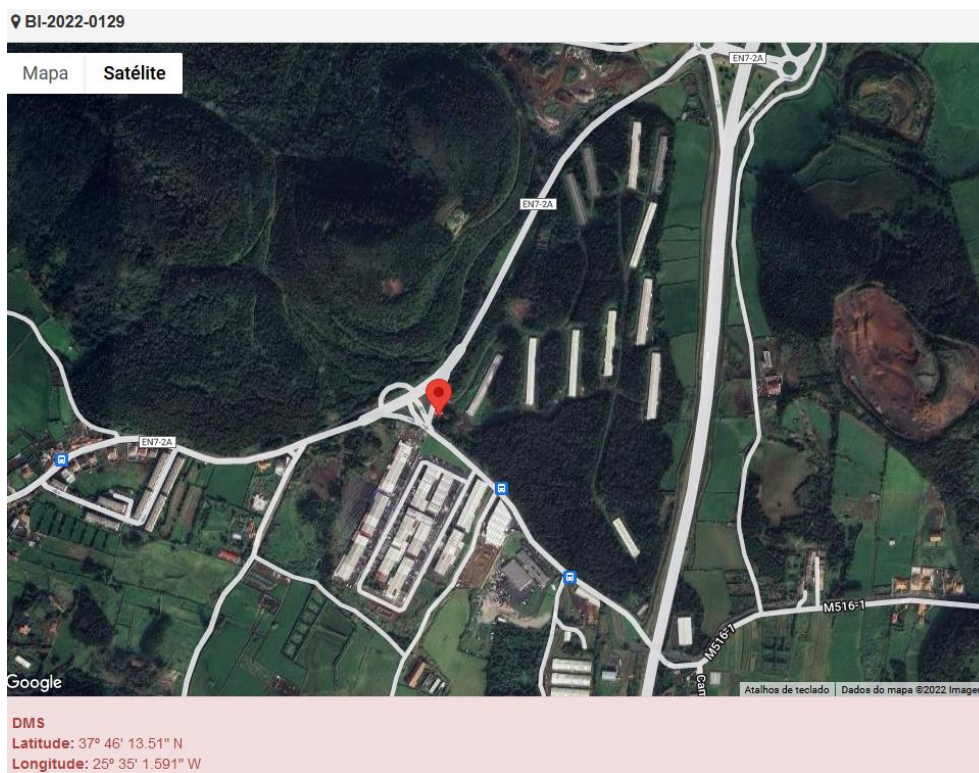


Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

Produção de aves em regime intensivo, com uma capacidade instalada para 343.581 frangos de engorda e 20.000 galinhas poedeiras.

A exploração dispõe de 12 pavilhões, sendo 11 deles para frangos de engorda e 1 para galinhas poedeiras.

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

A água da rede é utilizada no abeberamento dos animais (após desinfecção por hipoclorito de sódio) e a água pluvial captada é utilizada em lavagens.

A água pluvial é recolhida da cobertura de 4 pavilhões e encaminhadas para tanques de armazenamento. Essa água é utilizada na lavagem de bandeja de alimentação e viaturas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

A LA no ponto 2.1.2.3 refere a necessidade de serem efetuados registos mensais da água consumida na instalação (água da rede e água pluvial). Efetuam esses registos (constam do RAA), sendo que o relativo ao consumo de água pluvial é efetuado por estimativa.

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias e lavagem do Centro de Incubação	Fossas Sépticas	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2014/99
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido	Efetuem a manutenção das fossas sépticas de forma periódica, mas não efetuam o registo dessa manutenção (LA 2.2.2.1.)
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	Embalagens de medicamentos de uso veterinário	VALORMED - Recolhido pelo fornecedor Agroútil, Lda.	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	Resíduos diversos de embalagens e resíduos indiferenciados.	Entidade de recolha de resíduos	

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Falta de identificação com o código LER no recipiente de armazenamento dos resíduos de embalagens de medicamentos veterinários fora de uso (LA 2.3.1.)
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	PIPGR aprovado em 2015, através da comunicação SAI-DRA/2015/250, no entanto não efetuaram a avaliação e revisão do PIPGR com uma periodicidade mínima de um ano (LA 2.3)
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Em 2021 não produziram resíduos sujeitos a transporte com e-Gar.
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	Não submeteram o mapa de registo, relativo aos resíduos produzidos em 2021, por não terem produzidos resíduos sujeitos a registo no SRIR.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

A atividade normal da instalação gera os seguintes subprodutos: estrume das aves; animais mortos; cascas de ovos e ovos de casca fendida. Estes subprodutos são encaminhados/armazenados da seguinte forma: estrume das aves é encaminhado para agricultores, para valorização agrícola; os animais mortos e as cascas de ovos são encaminhados para 3 fossas estanques; os ovos com casca fendida são encaminhados para a Agraçor (biogás), sendo que a situação relativa aos ovos com casca fendida tem que ser alterada na próxima LA, uma vez que na atual (2.3.1.2.) refere que os mesmos são também encaminhados para as fossas estanques.

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Gás Butano
DU - Utilizador final	Ewabo aldekol DES FF
DU - Utilizador final	Arvo BVF
DU - Utilizador final	Formol
DU - Utilizador final	Permanganato de Potássio

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Cumprido	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses anteriores.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	Disponham das Fichas de Dados de Segurança atualizadas, mas as mesmas não se encontravam disponíveis na instalação.

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

Encontravam-se a decorrer as obras de construção da nova rede e do novo parque de gás butano, com 3 reservatórios superficiais de 11,1 m³/cada. Já se encontravam instalados 2 reservatórios, sendo que o terceiro ainda se encontrava no estaleiro a ser preparado para instalação. Esta alteração encontra-se a ser executada pela empresa Sodigás Açores, que é proprietária dos reservatórios e já iniciaram o processo de licenciamento junto das entidades competentes. Esta alteração deverá constar na renovação da LA.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
Gerador de emergência	Pontual	Atividade industrial	Fazem o registo do número de horas de funcionamento e do combustível consumido – LA 2.2.1.3. (consta do RAA)
Aquecedores	Pontual	Atividade industrial	Efetuarão o registo do número de horas de funcionamento e do combustível consumido (LA 2.2.1.3); Não efetuaram a determinação (cálculo ou estimativa) das emissões correspondentes aos poluentes CO₂, CO, NO_x, SO_x, PTS, e COV_{mn}, - LA 2.2.1.3 (não consta do RAA)
Maneio das aves e estrume	Difusa	Atividade industrial	Efetuarão a determinação (cálculo ou estimativa) das emissões correspondentes aos poluentes: amoníaco (NH ₃), metano (CH ₄), óxido nitroso (N ₂ O) e partículas (PM ₁₀) - LA 2.2.1.3 (consta do PRTR)

A LA no ponto 2.2.1.1., refere que a instalação possui um sistema de aquecimento a gás butano dos pavilhões avícolas, composto por 44 aquecedores, sem referir se os mesmos são amovíveis ou fixos. Na inspeção foi



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

esclarecido que um dos pavilhões dispõe de 6 a 8 aquecedores amovíveis, enquanto que os restantes 11 dispõem de aquecedores fixos. Esta informação deverá constar na renovação da LA.

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Gerador de emergência e aquecedores a gás butano

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	2	R410A
5 ≤ TECO ₂ < 50	-	-
50 ≤ TECO ₂ < 500	-	-
TECO ₂ ≥ 500	-	-

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Realizada pela empresa Anticiclone
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
-	-	-	-

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	-	-
3 ≤ Carga < 30	-	-
30 ≤ Carga < 300	-	-
Carga ≥ 300	-	-

7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

9 – Instalações sujeitas a outros regimes

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido (30/09/2022)		Cumprido	RAA de 2021 submetido em 16/09/2022
b) Submissão do PRTR no prazo definido (30/04/2022)	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	PRTR de 2021 submetido em 29/04/2022
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental Cumprido parcialmente Cumpre: <ul style="list-style-type: none">Registos das quantidades das matérias-primas/subsidiárias consumidas na instalação (LA 2.1.1.) - RAA;Efetuem registos mensais da água da rede e da água pluvial consumida na instalação (LA 2.1.2.3.) - RAA;Efetuem o controlo das emissões difusas para a atmosfera relativas ao manejo das aves e estrume gerado – dados constantes do PRTR (LA 2.2.1.3.);Procedem à manutenção periódica das fossas sépticas, mas não efetuam o seu registo (LA 2.2.2.1.);Não procedem ao armazenamento de estrume avícola na instalação, sendo o mesmo encaminhado para agricultores para valorização agrícola, após maturação no próprio pavilhão durante uma semana (LA 2.3.1.1.);Promovem a sensibilização/formação dos utilizadores finais de estrume (agricultores) através da distribuição de um folheto informativo (LA 2.3.1.1.);É efetuado o controlo da composição do estrume avícola encaminhado para agricultores, sendo o autocontrolo remetido semestralmente à DRAG (LA 2.3.3.);São efetuados os registos de saídas de estrume/chorume da exploração, incluindo data, pavilhão de origem, quantidade e destinatário, bem como o registo diário da quantidade de animais mortos em todos os pavilhões e da quantidade produzida de ovos e ovos com casca fendida (partidos) - LA 2.3.3.;Promovem a sensibilização/formação dos colaboradores para as boas práticas de gestão de resíduos, tendo a última sido realizada em 12/04/2022 (LA 2.4.1.);Dispõem de instruções de trabalho escritas relativas à exploração (LA 5 – Quadro 14).			



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

c) Cumprimento de outros requisitos impostos na **licença ambiental** ou declaração de impacte ambiental

Cumprido parcialmente

Não cumpre:

- Não determinam, para os aquecedores, as emissões correspondentes aos poluentes definidos no ponto 2.2.1.3. da LA;
- Não procedem à limpeza frequente dos ventiladores determinada na MTD (LA 3.1 – Quadro 11) e nas medidas de minimização de odores (LA 2.2.3.), não garantindo assim que os mesmos se encontrem em boas condições;



- Verificou-se a presença de vestígios de estrume depositado no solo no exterior de alguns pavilhões, ao ar livre, não dando cumprimento ao definido no ponto 2.3.1.1 da LA;



- Não efetuaram a avaliação/revisão do PIPGR com uma periodicidade mínima de um ano, conforme definido no ponto 2.4 da LA;
- Falta de identificação com o código LER no recipiente de armazenamento dos resíduos de embalagens de medicamentos veterinários fora de uso, conforme definido no ponto 2.4.1. da LA.





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Agricultura, produção / alojamento animal, silvicultura, pesca, aquicultura

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 6.º DLR 31/2010/A	Cumprido	

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não aplicável	
ii) Condensadores evaporativos	Não aplicável	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não aplicável	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não aplicável	
v) Humidificadores	Não aplicável	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não aplicável	

9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Depósito bancário Santander, no valor de 5.000€. Declaração de 28/09/2022.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 4/2014/DRA, nomeadamente a não determinação, para os aquecedores, das emissões correspondentes aos poluentes definidos no ponto **2.2.1.3.** da referida licença ambiental, o que viola o artigo n.º 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto;
- O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 4/2014/DRA, nomeadamente a necessidade de proceder à limpeza frequente dos ventiladores dos pavilhões para evitar resistências nos sistemas de ventilação e assim assegurar que os mesmos funcionem em boas condições, no sentido de minimizar a eventual existência de odores e de reduzir o consumo de energia, definidos no ponto **2.2.3.** e **3.1** (Quadro 11 - MTD implementadas na instalação) da referida licença ambiental, o que viola o artigo n.º 62.º do



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto;

- c) O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 4/2014/DRA, nomeadamente a existência de estrume depositado no solo, não cumprindo com o definido no ponto **2.3.1.1.** da referida licença ambiental, o que viola o artigo n.º 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto;
- d) O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 4/2014/DRA, nomeadamente a não execução da avaliação e revisão do PIPGR com uma periodicidade mínima de um ano, conforme definido no ponto **2.4** da referida licença ambiental, o que viola o artigo n.º 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto;
- e) O não cumprimento das condições impostas pela licença ambiental n.º 4/2014/DRA, nomeadamente a falta de identificação com o código LER no recipiente de armazenamento dos resíduos de embalagens de medicamentos veterinários fora de uso, conforme definido no ponto **2.4.1.** da referida licença ambiental, o que viola o artigo n.º 62.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 30 de novembro, configurando a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea h) do n.º 2 do artigo 123.º do mesmo diploma, punível com coima de 12.000€ a 72.000€ em caso de negligência e de 36.000€ a 216.000€ em caso de dolo se praticada por pessoas coletivas, nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015 de 28 de agosto.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações/recomendações a transmitir:

1. Dispor nas instalações das Fichas de Dados de Segurança (FDS) atualizadas, das substâncias perigosas utilizadas e/ou armazenadas;
2. Proceder ao registo das manutenções periódicas realizadas às fossas sépticas;
3. Alterações à atual Licença Ambiental n.º 4/2014/DRA, que devem ser incluídas na sua renovação:
 - Encaminhamento para a Agraçor dos ovos de casca fendida;
 - Nova rede de gás butano, com 3 reservatórios superficiais de 11,3 m³ cada;
 - Número de aquecedores fixos e móveis

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: